

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO DE ANÁLISE PARA O CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESDE AS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO METODOLÓGICA DE UMA TESE

Alexandra Domingues

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9346>

Submetido em: 2024-07-10

Postado em: 2024-07-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO DE ANÁLISE PARA O CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESDE AS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO METODOLÓGICA DE UMA TESE.

Alexandra Domingues¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3076-4952>

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

RESUMO: O artigo a seguir discorre sobre o Materialismo Histórico Dialético utilizando o contexto de surgimento das Ciências Sociais como suporte de compreensão. A parte este fato, cumpre observar que o trabalho constituiu um dos capítulos de uma tese de doutorado defendida no ano de 2022, e que utilizou o MHD como suporte transversal da pesquisa, analisando os limites e avanços possíveis para a instituição de uma política educacional engendrada no modo capitalista de produção da realidade por intermédio das categorias de totalidade, contradição e mediação. Por conseguinte, entre outros, o trabalho possui como objetivo contribuir e dialogar com outros pesquisadores que se interessem pela análise de políticas educacionais com interseção do campo teórico marxista.

Palavras-chave: Materialismo Histórico Dialético, Políticas Educacionais, Ciências Sociais, Educação.

DIALECTIC HISTORICAL MATERIALISM AS A METHOD OF ANALYSIS FOR THE FIELD OF EDUCATIONAL POLICIES FROM THE SOCIAL SCIENCES: CONTRIBUTIONS TO THE METHODOLOGICAL CONSTITUTION OF A THESIS.

ABSTRACT: The following article discusses Dialectical Historical Materialism using the context of the emergence of Social Sciences as a support for understanding. Apart from this fact, it should be noted that the work constituted one of the chapters of a doctoral thesis defended in the year 2022, and that used the DHM as a transversal support for the research, analyzing the limits and possible advances for the institution of an engendered educational policy in the capitalist mode of production of reality through the categories of totality, contradiction and mediation. Therefore, among others, the work aims to contribute and dialogue with other researchers who are interested in the analysis of educational policies with the intersection of the Marxist theoretical field.

Keywords: Dialectical Historical Materialism, Educational Policies, Social Sciences, Education.

EL MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO DE ANÁLISIS PARA EL CAMPO DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS DESDE LAS CIENCIAS SOCIALES: APORTES A LA CONSTITUCIÓN METODOLÓGICA DE UNA TESIS.

RESUMEN: El siguiente artículo aborda el Materialismo Histórico Dialético utilizando el contexto del surgimiento de las Ciencias Sociales como soporte para la comprensión. Aparte de este hecho, cabe

señalar que el trabajo constituyó uno de los capítulos de una tesis doctoral defendida en el año 2022, y que utilizó el MHD como soporte transversal de la investigación, analizando los límites y posibles avances para la institución de una política educativa engendrada en el modo capitalista de producción de la realidad a través de las categorías de totalidad, contradicción y mediación. Por lo tanto, entre otros, el trabajo pretende contribuir y dialogar con otros investigadores que estén interesados en el análisis de las políticas educativas con la intersección del campo teórico marxista.

Palabras clave: Materialismo histórico dialéctico, Políticas Educativas, Ciencias Sociales, Educación.

INTRODUÇÃO

O artigo que se encaminha fez parte do capítulo metodológico fundamental de uma tese de doutorado defendida no ano de 2022, e elaborada a partir do método Materialista Histórico Dialético (MHD). A pesquisa teve como objeto de análise uma discussão dialógica orientada desde as proposições para a formação de professores, ocorridas através da modalidade a distância, entre os anos de 2006 a 2016 pelo interior da política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica. Para tanto, o trabalho orienta a sua compreensão acerca do MHD desde o campo conceitual das ciências sociais, e por esta razão, desenvolve uma interpretação na direção da inteligência da perspectiva de construção teórica de Marx, ao mesmo tempo em que destaca o caráter rigoroso e sofisticado do autor para a constituição do seu campo de análise sobre a sociedade.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE NO CONTEXTO DO SURGIMENTO DA FILOSOFIA DE MARX

“Existem diferentes pontos de vista científicos que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe” (LÖWY, 1998, p.104)

Uma das principais problemáticas das ciências sociais acerca da sua constituição, especificamente quando nos referimos ao período moderno, durante o século XIX¹ e quando se estabelece o começo da abordagem do campo da sociologia como ciência, deu-se no sentido de uma discussão sobre a busca da neutralidade nesta área. Os teóricos deste domínio se preocupavam sobremaneira com a composição de um modo de pesquisar a sociedade que colocasse o pesquisador, de certa forma, acima do seu objeto, como se o olhasse de fora, em movimento ascendente, avistando o objeto como algo externo sobre o qual pudesse versar e teorizar sem se envolver passionalmente. Havia a intenção de constituir um método de análise da sociedade que pudesse acolher regras científicas gerais e universais para que assim se conseguisse inaugurar um campo objetivo de análise para o solo das ciências sociais, conforme já observado em outras áreas, principalmente, na esfera das ciências naturais. Emile Durkheim (1858-1917), um dos precursores da sociologia, expressa esta preocupação através da sua regra sociológica essencial; para ele, o pesquisador das ciências humanas deveria enxergar os fatos sociais como coisas, — isto significa que a investigação sociológica deve ser objetiva, ou seja, não deve ser influenciada pelos caprichos pessoais ou pela subjetividade do pesquisador (GIL, 2011, p.4). Nesta observação está implícito que uma teoria poderia ser considerada científica desde que ela preconizasse a isenção, a imparcialidade. No debate sociológico, esta discussão toma um espaço ainda mais grandioso e sobre o qual se fundamenta toda a constituição de um dos ramos da ciência que objetiva um método para estudar a sociedade, o positivismo. As preocupações fundamentais do campo da sociologia referidas neste cenário tomam logicidade, quando revisitamos o contexto histórico de seu surgimento,

¹ Os primeiros estudos referentes à natureza da sociedade foram feitos por pregadores religiosos e legisladores. Mas os filósofos é que procuram estudar essas questões de forma independente, notadamente após o aparecimento dos filósofos conhecidos como sofistas na Grécia, no século V a.C. Estes mestres populares da filosofia questionavam a sabedoria recebida dos deuses e argumentavam que a moralidade dos atos humanos não poderia ser julgada fora do contexto que estes ocorreram (GIL, 2011, p.14).

que se dá após o período do renascimento e, quando a burguesia já se encontra em vias consolidadas como influenciadora preponderante na sociedade europeia.

Em sociedades escravagistas e feudais, nas quais os poderes dos senhores e reis eram legitimados por conta da vontade de um Deus, as narrativas políticas tinham como limite a reiteração da crença na delegação divina de poderes ao soberano e aos dominadores. A teoria, mais que postular explicações causais, descolava-se da própria realidade, avançando por pressupostos transcendentais, corroborando a manutenção da ordem social e política dada ao reinvestir ideologicamente o próprio objeto de análise. Com tais bases teóricas legitimavam-se os aparatos políticos, ao serem tratados ou como elementos da vontade oculta de Deus, ou chancelados como os mantos da “ordem”, do “bem comum”, da “vontade de todos” (MASCARO, 2013, p. 9).

Conforme assinalado no excerto acima, a eclosão do debate sobre a sociologia como ciência, acompanha a evolução basilar que sucede a superação do pensamento doutrinário da Idade Média, onde o conhecimento estava subordinado às visões teológicas da igreja, para o período renascentista, que se inicia a partir da metade do século XV e que irá de certa forma orientar a estrutura do mundo contemporâneo. De acordo com Gil (2011),

Nesse mundo cada vez mais liberto da tutela da igreja, os seres humanos começaram a se sentir mais livres para criticar a realidade que vivenciavam. Novas instituições políticas e sociais foram criadas e começou a surgir uma nova classe social – a burguesia mercantil – profundamente interessada em mudanças políticas e sociais. Como consequência dessas mudanças, uma nova visão de mundo começou a se formar e a se expressar na pintura, na arquitetura, na filosofia e na teologia (GIL, 2011, p.15).

A partir desta demanda discursiva, é possível observar que no debate intelectual daquele contexto já começavam a vir desencadeados em obras literárias e generalistas conteúdos com uma visão que continha pontos de elaboração teórica mais preocupada com as relações sociais de forma especulativa, a despeito do pensamento da igreja. É o caso, por exemplo, de uma obra fundamental para a Ciência Política, ramo da sociologia, O Príncipe, de Maquiavel. O livro mencionado, já sem nenhuma menção teológica, se desenvolve aproximando-se de uma espécie de manual sobre como deve se dar a conduta de um monarca para proteger a constância do seu poder. O livro é escrito quase como um manual sarcástico sobre a política das relações, a política partidária, o que talvez nos dias de hoje fosse chamado como o modo de fazer a boa política. Há também nesta fase, a produção de outras coletâneas que abordavam visões distintas da sociedade, mas que tem em comum a desvinculação da concepção religiosa, tais como, A utopia de Thomas Morus, O Leviatã de Hobbes, ou ainda A Nova Atlântida de Francis Bacon. Até o presente, todas estas obras relacionadas aparecem como relevantes para o campo do conhecimento sociológico. Esta alteração de pensamento contribuiu para a eclosão de um importante movimento intelectual e cultural, o Iluminismo. Sobre o movimento iluminista, devemos contextualizar,

A vida intelectual da Europa do século XVIII, sobretudo na França, Inglaterra e Alemanha, foi significativamente influenciada pelo Iluminismo, movimento que se baseava no poder da razão para a solução dos problemas sociais. Nesse período, a burguesia já havia avançado a ponto de conceber uma forma própria de pensar, capaz de transformar o conhecimento num processo capaz de produzir efeitos práticos. A indústria já se tornara um componente importante da vida social europeia. Logo, tornava-se necessário preparar a sociedade para esta nova realidade. As novas formas de pensar dos iluministas receberam, portanto, apoio da burguesia que desejava libertar-se das amarras estabelecidas pelas monarquias absolutas, que não permitiam a liberdade de comércio e a livre concorrência de salários e preços (...). O iluminismo contribuiu decisivamente para o surgimento da Sociologia. Isto porque o questionamento do poder político e econômico da igreja ajudou a promover a valorização das explicações materialistas acerca da sociedade. Assim, a ciência, que já havia demonstrado seu sucesso na explicação da natureza passou a ser vista como capaz também de explicar o funcionamento da sociedade (GIL, 2011, p.16).

A mudança de concepção que transpôs a pulsão de um sentido apocalíptico para explicar a vida das pessoas, para uma percepção racional e reveladora do controle dos seres humanos sobre o seu modo de vida, evidentemente, abriu espaço para o questionamento sobre a forma como se organizava a estrutura da vida real dos indivíduos. Se o poder da monarquia não vinha da vontade de Deus, de onde vinha essa vontade? Em que concepção se encontrava entranhado um modo de viver que situava alguns em posição de privilégio e outros em posição de escravidão, exploração e servidão? Interrogações como esta foram fundamentais para que o Iluminismo contribuísse com utilidade de propagação do ideário burguês, já que este mesmo movimento defendia princípios que pareciam caros aquela contenda, tais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Todavia, a consolidação do projeto de poder da burguesia acabou por demonstrar na prática, que as ideias de equivalência de status social, como igualdade, fraternidade e liberdade, não estavam completamente absorvidas por aquele ideário, e que a busca por transformações não serviria para tornar a maioria dos envolvidos naquela revolução realmente detentores de uma objetiva igualdade perante aquela sociedade. A compreensão sobre a autodeterminação e isonomia entre classes, que passou a ser acolhida pelos extratos subalternos do agrupamento visto como inferior, financeira e intelectualmente, introduziram pertinente atenção à classe burguesa, que começou a enxergar esta orientação lúcida como uma espécie de indício para um possível revés contra a ordem que se estabelecia a favor da nova classe detentora do controle social. Em um contexto que foi se estruturando com gradativo descontentamento do povo, o movimento Iluminista, ao fim e ao cabo, promoveu à assunção da apreensão de que o mesmo discurso que serviu para superar o modo de reprodução social anterior à ascensão da burguesia, também complementou um modo de estímulo para as classes subalternas na sua luta por igualdade. A convulsão causada aos poucos pela compreensão de um fragmento importante daquele estrato social sobre a sua condição de exploração impulsionou a intelectualidade burguesa na busca da criação de meios lógicos para dar algum tipo de explicação sobre a bagunça estrutural que vinha se formando.

O MATERIALISMO DE MARX

“o modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1987, p.30).

Marx foi um pensador prudente, original e acurado. Isto pode ser verificado através do modo como ele conduziu a sua pesquisa teórica, já que é notório perceber, principalmente quando da elaboração da sua crítica a economia política, que o autor se utiliza de um método cuidadoso e perspicaz para elaborar seu pensamento. É de modo coerente, aprofundado e racional que se elabora a teoria Marxista. O estudioso não parte do inexistente para criar regras universais que induzam a concepções descompassadas com a realidade, o que ele faz é desenvolver uma teoria científica crítica e articulada com o campo filosófico materialista², a qual vai buscar a todo o tempo, de modo dialético, demonstrar o caráter histórico, contraditório e, portanto, oscilante do seu objeto. Numa palavra: Marx não fez tabula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele (NETTO, 2012). O autor não faz sugestões ou cria devaneios adaptativos ao real, elabora uma concepção metodológica para os estudos sobre a sociedade, ampliando seu campo filosófico de modo definitivo ao considerar aspectos inovadores, não verificados, ou nem sequer ponderados pelos mais variados motivos, mas especialmente de classe, por outros intelectuais que viveram em período histórico contemporâneo ao seu.

Neste sentido, importa observar que a perspectiva de Marx acompanha uma racionalidade que só pode ser compreendida por completo se estiver aliada a compreensão das categorias que são

² O materialismo filosófico apoia-se nas conclusões da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida. Isto significa que, não obstante os materialistas considerem a matéria o princípio primeiro e o espírito, a ideia, o aspecto secundário, suas concepções mudam de acordo com a evolução do pensamento científico. Desta maneira, por exemplo, as noções da matéria de Demócrito foram diferentes das de Einstein (TRIVIÑOS, 1987, p. 21).

utilizadas por ele para compreender o seu objeto de estudo, ao passo que, os preconceitos, as paixões e os desvios apontados como limites por teóricos como Weber e Durkheim, tomam nova conotação quando se impregnam do sentido dinâmico e histórico empregado a partir do método do autor. Para tanto, é importante considerar que,

Ainda uma vez, não se trata de tomar a história como sucessão de acontecimentos factuais, nem como evolução temporal das coisas e dos homens, nem como um progresso de suas ideias e realizações, nem como formas sucessivas e cada vez melhores das relações sociais. A história não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das ideias, mas o modo como os homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural (CHAUI, 1980, p.20).

Tomemos como direção para a nossa explicação sobre o método de Marx um conceito bastante caro ao campo científico, o conceito de ideologia. O faremos buscando localizar dialogicamente o seu sentido na história, e na crítica de Marx ao sistema capitalista burguês. E além do mais, o demarcamos no intuito de justificar a escolha do método Materialista Histórico Dialético como recurso metodológico para o campo das pesquisas em políticas educacionais. Reside neste fato o interesse de redimir possíveis críticas ao método Marxista, especialmente as que são advindas do campo epistemológico positivista, justamente pela opção de Marx por assumir a ideologia como categoria estrutural indubitável a qualquer pesquisador. A ideologia existe, a discordância ocorre apenas por motivo de que em algumas concepções teóricas resiste a sua assunção categórica.

Tomando significado diverso na análise de Marx, as noções que remetiam a impropriedade científica para os sociólogos positivistas, assumem novo sentido na abordagem do autor. O conceito de ideologia abrange uma variedade teórica, sobre a qual a filosofia de Marx se debruça de modo eloqüente ao ausentar o caráter acrítico e ilusório da perspectiva empregada por sociólogos como Weber e Durkheim enquanto buscaram percorrer um impossível distanciamento, aliado a uma pretensa neutralidade na pesquisa. O teórico retoma o conceito de ideologia, o qual foi inventado³ por um filósofo Francês chamado Destutt de Tracy (Paris, 1754 – 1836), que em 1801 publicou um livro chamado Elementos da Ideologia. No entanto, o conceito cunhado por Tracy não dava à ideologia um significado como o que compreendemos desde a perspectiva que adotamos com frequência em discussões despreziosas sobre os mais variados assuntos que envolvem convicções ou opiniões cotidianas, posto que, para este filósofo a ideologia era explicada como “o estudo científico das ideias e as ideias eram para ele o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente” (LÖWY, 1998, p. 11). Neste sentido, ele a compreendia como um ramo da zoologia, no que se refere ao estudo do relacionamento dos organismos vivos com o meio ambiente, onde trata da questão dos sentidos, da percepção sensorial, através da qual se chegaria às ideias (LÖWY, 1998, p.11). Destutt dava a ideologia um sentido positivo que de acordo com Konder (2014), indicava que,

Seu raciocínio seguia um caminho que pode ser resumido da seguinte maneira: agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias; se chegarmos a compreender como se formam essas ideias a partir das sensações, teremos a chave para nos entender e para criar um mundo melhor. A conclusão era: precisamos decompor as ideias até alcançar os elementos sensoriais que as constituem em sua base. Em sua difusão, a perspectiva derivada dessa concepção do conhecimento foi entendida como a doutrina segundo a qual a consciência era produto do meio. A realidade objetiva chegava à compreensão dos homens por meio de impressões sensoriais, que depois se complicavam na sofisticação das ideias. À medida que eram capazes de reconstituir esse processo formativo, através da ideologia, os homens

³ No livro ideologias e ciências sociais de Michael Löwy, o autor destaca que Tracy realmente inventou a palavra ideologia. Conforme destacado por Löwy (1998, p.11), “o conceito de ideologia não vem de Marx, ele simplesmente o retomou. Ele foi literalmente inventado (no pleno sentido da palavra, inventar, tirar da cabeça, do nada) por um filósofo francês pouco conhecido, Destutt de Tracy, discípulo da terceira categoria de enciclopedistas, que publicou em 1801 um livro chamado *Eléments d'Idéologie*”.

refletiam com maior fidelidade o real, evitavam os delírios do subjetivismo e podiam se aperfeiçoar, aperfeiçoando o mundo em que viviam (KONDER, 2014, p. 22).

Somente a partir de 1812 a palavra ideologia sai deste ambiente meramente ideal, no sentido de quase simbólico para as ideias, e toma um sentido mais palpável e negativo, mais especificamente, quando Napoleão Bonaparte, (1769 – 1821), líder político Francês, chama Destutt de Tracy e seus correligionários de ideólogos de modo pejorativo. Napoleão os chama de ideólogos com objetivo insultuoso de desqualificar o campo de estudo destes homens que para ele apenas conjecturavam sobre a realidade a adaptando a suas visões de mundo. Neste momento e com o peso pessoal de Napoleão, a ideologia passa então a ser compreendida como a liderança francesa a enxergava, ou seja, como perspectiva daqueles metafísicos⁴ que viviam a abstrair a realidade de modo presumido e distante do verídico. Assim dizendo, no sentido napoleônico, — o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real (CHAUÍ, 1980) as colocando aproximadas às suas visões peculiares de mundo não possuindo nenhuma ligação com o verdadeiro, mas sim com os seus valores próprios.

Quando Marx chega a este conceito, ele o encontra absorvido pelo significado que havia sido amparado pela compreensão de Napoleão sobre o grupo dos ideólogos, que para ele, eram metafísicos que invertiam a realidade. Note-se que a conotação dada por Bonaparte à palavra ideologia é completamente diferente do significado atribuído por Tracy, que como partidário dos enciclopedistas⁵, buscava realizar uma análise que para ele seria materialista e de significado favorável das ideologias (LÖWY, 1998). Neste sentido, em sua auto-imagem, Destutt e seus aliados se viam como,

antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. Pertenciam ao partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseadas exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados pudesse levar a uma nova pedagogia a uma nova moral (CHAUÍ, 1980, p.22).

Bonaparte impregnou na palavra ideologia um sentido que se apresentava como depreciativo naquele cenário, o qual, por razões menos embasadas do que as atribuídas por Marx para a semântica desta palavra, invertia a busca daqueles entusiastas da compreensão sobre as ideias por soluções que consideravam plausíveis, reais e pragmáticas para a vida social. Desta forma,

Napoleão, que não era nenhum talento em matéria de filosofia (era uma inteligência filosoficamente medíocre), enxergou um problema bastante sério na relação entre a história e as ambições explicativas desmesuradas dos ideólogos, e fato, o projeto de Destutt de Tracy e de seus companheiros não ajudava os homens do início do século XIX a se abrirem para uma compreensão mais rica e mais profunda dos movimentos mais acelerados e da transformação contraditória das sociedades nas quais estava começando a ser organizado o sistema criado a

⁴ “Na tradição clássica e escolástica, a metafísica é a parte mais central da filosofia, a ontologia geral, o tratado do ser enquanto ser. A metafísica define-se assim como filosofia primeira, como ponto de partida do sistema filosófico, tratando daquilo que é pressuposto por todas as outras partes do sistema, na medida em que examina os princípios e causas primeiras, e que se constitui como doutrina do ser em geral, e não de suas determinações particulares; inclui ainda a doutrina do Ser Divino ou do Ser Supremo” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 186). Segundo os mesmos autores, na filosofia e no pensamento moderno a metafísica passa a ocupar um espaço menor e diferenciado.

⁵ Complementando o já exposto em nota de rodapé anterior, Enciclopedistas era a designação conferida aos colaboradores da Enciclopédia fundada por Denis Diderot e por D’Alembert e editada de 1751 a 1766, através de mil peripécias e interdições. A Enciclopédia teve uma grande influência não somente na burguesia esclarecida, mas também em muitos pequenos comerciantes e nos artesãos. Os enciclopedistas constituíam um grupo, ou clã, de pensadores que fizeram de seu empreendimento uma arma de combate contra os abusos do sistema monárquico, contra a autoridade em matéria de pensamento científico e, em grande parte, contra a religião cristã. Não elaboraram uma obra de vanguarda, mas fizeram uma espécie de balanço geral, de maneira voluntária e entusiasta, de todo o saber existente. Tratava-se de um entendimento coletivo intelectual permitindo a passagem dos elementos filosóficos disparatados (deísmo, antropocentrismo, ideias morais do livre exame etc.) para a ideologia de uma época, ideologia esta que preparou a revolução francesa (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p.84).

partir da Revolução Industrial. Falhava à ideologia, tal como os ideólogos a propunham, algo que, sintomaticamente, também faltava ao imperador que a repelia: a capacidade de se debruçar com espírito crítico e autocrítico sobre os conflitos internos do conhecimento humano em ligação com as mudanças históricas (KONDER, 2014, p. 23-24).

Mais tarde, quando Marx retoma este conceito ele o utiliza de forma aproximada à de Napoleão, porém o faz operacionalizando o conceito em dois sentidos semelhantes, mas inversos em sua aplicação. Para o estudioso, há duas faces ideológicas empregadas na ciência, uma delas é destacada em seus estudos sobre a teoria da mais valia, na qual observa o refinamento teórico dos economistas clássicos, que para ele, não chegam a conclusões de sentido mais aprofundado sobre a economia política em virtude da limitação da sua visão social burguesa sobre o mundo, ou seja, é considerando os limites de classe que Marx realiza, por exemplo, a sua crítica a David Ricardo⁶, de modo que, não o faz buscando desqualificar a produção teórica do inglês adjetivando seus estudos como superficiais ou descompromissados, mas o realiza apontando os limites da visão metodológica subjetivada na classe à qual o economista pertence. A outra face da ideologia, bem menos valorosa cientificamente, aplica-se aos simples ideólogos do capital, os quais remetem a um modo vulgar de conceber a ciência, adaptando seus estudos aos valores morais e coercitivos da burguesia. Entendemos que para Marx o problema não está propriamente na ideologia, mas na falta de compromisso com a busca da verdade que pode advir dela. Para o autor, nos economistas clássicos aparece uma problemática científica, um cuidado primoroso, uma curiosidade pela busca de certa realidade lógica na condução das pesquisas, profundamente diferente do observado nos estudiosos que se utilizam do saber científico simplesmente para propagar valores burgueses reacionários, e desta forma coagir a ciência ao utilitarista formato inversor da realidade, o qual busca a todo o tempo uma adaptação das ideias burguesas para as necessidades do mundo. O que os estudos de Marx aprofundam de forma bastante significativa no que se refere à posição de Napoleão, é a percepção conceitual de que mais do que enrevesar o real de acordo com as crenças, para os ideólogos do capital, esta predisposição mantêm-se como uma premissa fundamental de ajustamento do tangível de forma acrítica, sem o sentido dialético que deve, de acordo com a sua metodologia, estar impregnado em qualquer análise que se relacione com a busca da essência de um objeto. No quadro ilusório e superficial apresentado pelos agentes filosóficos do capital os problemas dos seres humanos se mostram de forma ingênua e superficial não avançando até a complexidade dos limites sociais, políticos e econômicos impostos pelo modo de produção da realidade. Quando Marx progride no conceito de ideologia, o qual já havia adquirido aceção negativa desde Napoleão Bonaparte, adiciona a partir da historicidade material dada ao conceito, uma ligação dialética com o tema da consciência, o qual dá para a concepção desta noção, uma atitude bem mais palpável e verossímil do que a dada em Bonaparte. Napoleão liga os ideólogos à adaptação da realidade, mas não busca a historicidade do sentido, do ajuste empregado por eles. Marx desenvolve inicialmente o conceito de ideologia fundamentando sua relação com a consciência para depois elevá-la a uma forma ampliada de investigação, reconhecendo-a como conteúdo social relevante e que consegue ocupar espaço no pensar individual até sobrepor-se na vida real; quando se materializa desde certa influência ou logicidade amparada no poder da classe tornada hegemônica no MPC, ou seja, da burguesia, que ao buscar mercantilizar tudo, inclusive a vida, incorpora um sentido dissimulado nos seus propósitos de dominação econômica e cultural reproduzindo os seus valores na vida cotidiana dos seres humanos de

⁶ David Ricardo (1772-1823) nasceu em Londres, no seio de uma família judaica de origem holandesa. Seu pai, Abraham Ricardo, era doze irmãos judeus que possuíam permissão para atuar como corretores da Bolsa de Valores de Londres. Ricardo começou a trabalhar cedo, aos 14 anos, ao lado de seu pai, com quem rompeu relações, aos 20 anos de idade, por se casar com uma *quaker* e se converter ao cristianismo. Talentoso e dotado de singular rapidez de raciocínio, muito cedo também tornou-se dono de grande reputação como profissional do mercado financeiro. Com isso, foi capaz de acumular fortuna por suas próprias forças, condição que lhe garantiu manter alto padrão de vida após o rompimento com o pai. Antes dos trinta anos, tornou-se rico proprietário de terras e, assim, pôde se afastar precocemente do mundo dos negócios para se dedicar exclusivamente aos estudos de Economia. Curiosamente, um dos maiores representantes da economia política clássica foi um autodidata; não frequentou a universidade. Mesmo assim, nenhum catedrático era tolo o bastante para se lhe opor publicamente; exceção feita, é claro, ao prof. Malthus, com quem travou um duelo de ideias que entrou para a história do pensamento econômico (SILVA, 2003, p. 2-3).

forma sutil e palatável. Através de uma profunda compreensão sobre a relevância da ideologia, Marx aponta para um crescente de amadurecimento no que se refere a sua tomada de consciência sobre a lógica burguesa, é neste ponto também que o estudioso passa a assumir uma postura efetivamente crítica acerca da filosofia de Hegel. Há neste íterim uma ruptura com a filosofia de Hegel e com a chamada esquerda Hegeliana (MOURA, 2016), acontecimento sobre o qual se realiza ampla discussão filosófica em a Ideologia Alemã, livro este que possui também a contribuição de Engels, e que é para muitos a base do Materialismo Histórico Dialético. Sobre o filósofo alemão Georg Hegel (1770-1831), ancorados em Bottomore (2012), podemos destacar que,

A filosofia de Hegel foi importante para Marx sob dois aspectos. Em primeiro lugar, Marx foi profundamente influenciado pelas críticas de Hegel a Kant e pela sua filosofia da história. Em segundo, Marx valeu-se do método dialético de Hegel em sua forma mais abrangente, a que aparece em *Wissenschaft der logik* (ciência da lógica), publicado em 1812, para mostrar a estrutura dinâmica do modo de produção capitalista. Em sua crítica ao conhecimento, Kant limitara as pretensões humanas ao conhecimento científico genuíno do domínio da —aparência[...] Hegel, porém, contrariando Kant, mantinha que aparência e essência estão necessariamente juntas e que a mais íntima estrutura da realidade corresponde à do espírito humano que se autoconhece. Em termos teológicos isso significa que Deus (o absoluto) chega ao autoconhecimento por meio do conhecimento humano. As categorias do pensamento humano são assim, ao mesmo tempo, formas objetivas do ser, e a lógica é ao mesmo tempo ontologia. Hegel interpreta a história como —progresso na consciência da liberdade. As formas de organização social correspondem à consciência da liberdade e, portanto, a consciência determina o ser. [...] a direção da história humana está voltada para o cristianismo, a Reforma, a Revolução Francesa e a monarquia constitucional. O progresso das concepções religiosas e das ideias filosóficas corresponde ao progresso social e político (BOTTOMORE, 2012, p. 257-258).

HEGEL, E O CONTRAPONTO DA EXPRESSÃO REVOLUCIONÁRIA DO MÉTODO DE MARX

Hegel viveu na Alemanha entre os anos de 1770 e 1831 dedicando-se, entre outros, a demonstrar o papel do Estado, através da justiça, como mantenedor das necessidades e dos direitos dos sujeitos, incluindo-se nestes, o da propriedade privada sem dar a ela o valor social necessário à sua compreensão. O filósofo estrutura sua teoria no contexto da dissolução da monarquia e ascensão da burguesia, e por este motivo, apesar de trazer à tona aspectos relevantes e fundamentais para a compreensão do movimento dialético da sociedade, tais como a contradição⁷ e o movimento histórico, ainda exprime alguns valores que são caros à classe recém formada e da qual ele fez parte, o que, de acordo com o que foi observado por Marx, lhe impunha limites investigativos:

Na verdade, Hegel não faz senão dissolver a “constituição política” na abstrata ideia universal de “organismo”, embora, aparentemente e segundo sua própria opinião, ele tenha desenvolvido o determinado a partir da “ideia universal”. Ele transformou em um produto, em um predicado da ideia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica. Não se trata de desenvolver a ideia determinada da constituição política, mas de dar à constituição política uma relação com a ideia abstrata, de dispô-la como um membro de sua biografia (da ideia): uma clara mistificação (MARX, 2005, p. 36).

Apesar de demonstrar alguma compreensão sobre o peso das contradições que formaram o estado burguês⁸, o qual se utilizou de um discurso de igualdade e racionalidade para a superação da

⁷ O conceito de contradição empregado por Hegel não é o mesmo empregado por Marx. O conceito de contradição em Hegel guarda a significação de oposição ao que se diferencia do conceito empregado por Marx.

⁸ Quando a burguesia francesa derrubou a dominação da aristocracia, permitiu que muitos proletários se elevassem acima do proletariado, mas unicamente na medida em que tornaram-se burgueses. Cada nova classe estabelece sua dominação sempre

monarquia e posterior assunção do poder, mas que na prática tem uma ação muito condizente com a reprodução da realidade anterior, pois segue privilegiando apenas uma classe, Hegel, além de não se mostrar influenciado por estas determinações objetivando reclamar algum tipo de mudança na estrutura da nova organização social, ainda dispõe toda a sua teoria em defesa do estado burguês e da permanência dos seus princípios, conservados através da efetivação do campo jurídico, sobre o qual considera alicerçadas a liberdade e a igualdade. Consoante ao destacado em Robaina (2020),

Enquanto as categorias de Hegel eram filosóficas, as categorias em Marx, que são determinações do ser, eram econômicas e sociais. Sua dialética não era o movimento abstrato do espírito, mas o movimento de forças econômicas e sociais, e mais especificamente o movimento – e, portanto, suas contradições – do regime do capital. Assim, a dialética de Marx foi muito diferente da dialética de Hegel, à medida que foi uma dialética materialista, cujos movimentos e a história não foram uma aplicação da dialética abstrata (ROBAINA, 2020, p.68).

São compreensões de mundo que se mostram conflitantes entre os estudiosos, as quais levam Marx a criticar Hegel, através do contundente livro *Crítica ao direito público hegeliano*. Conforme observado por Konder (2002, p.33), “a filosofia que não supera os limites da perspectiva da burguesia se perde num círculo vicioso”. Para sair dele, de acordo com Marx, era imprescindível que os filósofos aprofundassem sua crítica e a radicalizassem⁹. Desta forma, Hegel como um idealista¹⁰, elabora através de seus estudos uma perspectiva favorável ao Estado e aos limites que o estado burguês emprega aos trabalhadores, para Hegel é neste Estado, máxima representação burguesa, que consta à essência da organicidade social moderna, ou seja, quanto mais sistematizado o seu Estado através do direito e das suas instituições correlatas, melhor estaria estruturada e regulada a sua sociedade. Conforme ele mesmo ratifica: “porém, de outro lado, é o Estado seu fim imanente e tem sua força na unidade de seu fim último geral com os interesses particulares dos indivíduos, na medida em que tais indivíduos têm deveres perante ele assim como têm direitos” (HEGEL, 1833 apud Marx, 2005, p. 28).

A análise crítica de Marx sobre a produção teórica de Hegel o levou a compreender entre outras questões que, “não era o Estado à base da — sociedade civil, como afirmara Hegel, mas sim a sociedade civil que era a base do Estado” (BACKES; JINKINGS, 2010, p. 7). Esta ruptura crítica, além de constituir amparo para a compreensão abrangente do caráter classista entranhado do papel da ideologia, também contribuiu com a finalidade de que Marx abarcasse ao seu alicerce, a necessidade de sopesar que para tornar possível uma análise aprofundada da sociedade, para além da sua essência, a empreitada não poderia se dar apenas através do entendimento sobre o funcionamento das instituições constituintes da sociedade civil de modo isolado e aparente, mas sim, através da observação atenta da edificação destas mesmas instituições que se faz em um ambiente alicerçado para a apreensão e manutenção dos valores da sociedade burguesa, que são em suma, a defesa da propriedade privada, dos valores da família burguesa¹¹ e da religião. Konder (2002) elucida de forma apropriada a questão primordial em Marx que o faz ir além da perspectiva empregada por Hegel: “As limitações ideológicas de Hegel, então, não estavam essencialmente no que ele enxergou (Marx sabia que o autor da

sobre a base mais extensa do que a da classe que até então dominava, ao passo que, mais tarde, a oposição entre a nova classe dominante e a não-dominante se agrava e se aprofunda ainda mais (MARX; ENGELS, 1989, p.75).

⁹ Chamamos a atenção para o fato de que, radicalizar em Marx, é ir até raiz das questões o que nos leva a observar o seu modo genealógico e, por conseguinte, aprofundado de realizar seus estudos: —ser radical, é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz para o homem, é o próprio homem (MARX, 2010, p. 151).

¹⁰ A perspectiva filosófica idealista, de orientação metafísica, não contempla a realidade e a materialidade do ser social. Ainda no que se refere às diferenças da disposição metafísica e materialista: —A concepção metafísica entende que a definição apriorística do método garante à pesquisa critérios de cientificidade, neutralidade e objetividade; já a concepção materialista entende que o método constitui-se muito mais como uma concepção de realidade que mediará o processo de apreensão do conhecimento do que uma simples ferramenta para medir ou observar os fenômenos sociais. A concepção materialista vai além das leis que regem os fenômenos; busca a lei de sua modificação e de seu desenvolvimento, destacando o dinamismo da práxis transformadora dos homens como agentes históricos (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 65).

¹¹ Aqui a tipificação da família burguesa acontece para destacar que para a expressão estatal desta classe não trata com importante qualquer família, mas sim da família burguesa clássica, concentrada nesta os seus valores principais.

Fenomenologia do espírito havia enxergado coisas importantíssimas). As limitações estavam, sobretudo, no que Hegel não enxergou” (KONDER, 2002, p. 36).

Neste sentido, Marx pôde concluir que a apropriação deste e de qualquer objeto real não está na sua aparência, mas na sua essência, e onde está a essência da burguesia? Exatamente na dissimulação dos seus juízos, dos seus valores, das suas doutrinas e concepções. O espírito do estado burguês não aparece na sua aparência progressista de defesa da justiça, da democracia e da igualdade para todos, a sua substância irrompe pontualmente em seus valores conservadores que perseveram a concentração de renda e o poder na mão de poucos em detrimento da pauperização de muitos. Hegel, apesar de seu inegável discernimento teórico não conseguiu avançar no panorama da totalidade, onde aparecem as determinações estruturais do seu objeto e por tal pressuposto,

Enquanto em Hegel a lógica é do conceito, em Marx se trata da lógica do processo social de produção capitalista. Ao examinar *O Capital*, se percebe que de fato o tratamento dado por Marx, sobretudo nos primeiros capítulos do livro, tem uma estrutura que se apresenta como um sistema organizado de categorias, em que a exposição parte de uma categoria inicial mais simples a partir da qual as demais categorias podem ser derivadas. As contradições e tensões da categoria inicial vão chamando para o sistema outras categorias e conceitos, que se articulam num todo estruturado cada vez mais complexo. Em *O Capital* Marx tratou das leis do modo de produção capitalista, as leis de seu nascimento, desenvolvimento e crise. Este foi seu objeto. E aqui aplicou o conceito de contradição como motor do desenvolvimento, como a lógica interna do movimento econômico. Para Marx as contradições de classes, no caso do modo de produção capitalista, eram acompanhadas por uma contradição no interior do próprio funcionamento do sistema do capital. Marx deixa claro que um dos seus precursores na economia, certamente o principal deles, David Ricardo, também partia das contradições. E via nelas um caráter natural. Mas a burguesia não pode levar adiante este raciocínio. Eram os anos 20 e 30 do século XIX. Depois disso, a burguesia conquistara poder político na França. Na Inglaterra, a luta de classes se intensificou; a verdade passou a deixar de ser importante para a classe dominante. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa, nas palavras de Marx. A partir de então a economia burguesa assumiu a ideologia da harmonia, de que o modo de produção capitalista, além de natural, tende ao equilíbrio e à estabilidade (ROBAINA, 2020, p. 91).

Este avanço nos leva a identificar através da evolução da investigação de Marx¹² que enquanto em Hegel a família, a sociedade civil e, por conseguinte o Estado, são ontológicos aos seres sociais, no pensamento marxista, aviva-se a perspectiva de que a ontologia do ser social faz-se pontualmente através do trabalho, justamente porque é na divisão social do trabalho, que se funda a divisão da sociedade em classes. A divisão do trabalho ascende historicamente com a intenção de retirar dos trabalhadores a sua ação social como seres políticos, como seres humanos que precisam atuar dentro da dimensão humanística da sua atividade material. Frente ao exposto,

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho.

¹² De acordo com João Paulo Netto, a crítica de Marx a Hegel possui dois momentos distintos que se relacionam com a sua juventude e com a sua maturidade. No período em que se deu a primeira crítica de Marx a Hegel, ou seja, durante os escritos sobre a crítica a filosofia do direito de Hegel, Marx ainda não houvera constituído por completo o seu raciocínio sobre a economia política, e desta forma o conceito de classe não se encontra completamente desenvolvido. Isto se dá aos poucos e posteriormente como uma evolução e amadurecimento de sua teoria crítica do modo capitalista de organização da sociedade (NETTO, 2016). Neste sentido, ao utilizarmos o conceito de classe, logo após inferirmos um destaque para as diferenças conceituais de Marx e Hegel sobre a constituição do ser social, o fazemos com o objetivo de diferenciar o modo de reprodução da realidade na sociedade capitalista, e o fazemos, de acordo com a nossa compreensão e não de acordo com o livro que contextualiza o parágrafo sobre o autor.

Indicamos várias vezes como essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, em sua subsunção a todo o tipo de representações etc (MARX; ENGELS, 1989, p. 84).

A diferença entre as classes burguesa e proletária é que uma vive do trabalho e a outra vive da exploração do trabalho. De forma imperativa, importou durante a construção teórica do filósofo, contemplar a evolução racional de uma fundamental questão: pode em uma organização social que privilegia o Estado burguês e constitui leis em benefício próprio deste Estado e da manutenção da propriedade privada, dos privilégios da herança e da desumanização do trabalho, abarcar a vivência de todos os seres humanos com a mesma medida de igualdade? Nesta perspectiva,

Bobbio estabelece com clareza o modo como Marx concebe o Estado: —para Marx, o Estado não é o reino da razão, mas da força. Não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte. Não tem por fim o bem viver de todos, mas o bem viver daqueles que detêm o poder. Não é a saída do estado de natureza, mas a sua continuação sob outra forma [...]. Daí a tendência a considerar todo Estado uma ditadura e a considerar relevante apenas o problema de quem governa (a burguesia ou o proletariado) e não como governa (BOBBIO, 2000 *apud* DUTRA, 2009, p. 6).

Ao que complementa: “assim, a lei funciona como um limite dentro do qual a liberdade se define por oposição aos demais. Marx não consegue compreender uma humanidade que se defina pela individualidade e não pelo seu caráter político, comunitário” (DUTRA, 2009, p. 8).

Portanto, para Marx a compreensão fundamental sobre a sociedade não pode decorrer a partir da concepção fragmentada do funcionamento do Estado burguês, mas sim a partir da sua formação econômica, que antecede a sua organização. Ainda de acordo com o mesmo panorama, apoiados em Enderle (2010), podemos assinalar que,

A Crítica da filosofia do direito de Hegel significará, assim, um divisor de águas na obra marxiana, a transição de sua fase juvenil para a fase adulta, a consolidação dos pressupostos que continuarão a orientar a produção do seu pensamento até sua maturidade (ENDERLE, 2010, p. 18).

A partir da percepção crítica dada por Marx para a filosofia do direito de Hegel, sua obra começa a se direcionar desde uma compreensão de que no Estado burguês, tomado como sociedade civil, a democracia se efetiva de forma alienada, posto que, todos os seres humanos não estão objetivamente livres, pois são levados a vivenciar uma constituição social que é operada através de classes distanciadas e com objetivos incomuns, mas que, ao mesmo tempo, tem uma minoria legitimada pelo poder econômico para decidir sobre a maioria, usando sempre uma métrica discutível para operar sobre um cínico tipo de bem para todos. No Estado burguês a democracia opera de modo formal e não efetivo, visto que o poder real de decisão e de dominação sempre será dado para a classe que detém o capital, os meios de produção e, por conseguinte a propriedade privada e os meios políticos de coerção estatal. Conforme observa Grespan (2021),

À idealização jurídico-política, Marx contrapôs a história da propriedade privada, mostrando que a propriedade privada não é um direito eterno da pessoa e não existiu desde sempre. Ao contrário, a forma privada da propriedade desenvolve-se a partir de uma época precisa da história européia, entre os séculos XV e XVII, estimulada por uma distribuição dos meios de produção que os concentrava em poucas mãos. Desse modo, a maioria despossuída viu-se obrigada a vender a única coisa que lhe restava: sua força de trabalho transformada em mercadoria. A partir da distribuição capitalista dos meios de consumo, isto é, o mercado, no qual os trabalhadores gastam o salário recebido pela venda de sua força de trabalho em outro mercado, o mercado de trabalho. Como são agentes em ambos os mercados, empregados e empregadores parecem igualar-se qualitativamente como proprietários, distinguindo-se apenas quantitativamente por seu poder aquisitivo. Assim, a propriedade privada significa apropriação excludente dos meios de produção. Só faz sentido promover a concentração de propriedade,

de um lado, porque há, do outro, mão de obra disponível para trabalhar na propriedade de poucos. De uma perspectiva histórica, quanto mais intensa é a concentração de propriedade, maior é o número de trabalhadores à disposição, prontos a se empregarem em troca de um salário (GRESPLAN, 2021, p.21-22).

Neste sentido, a pesquisa em Marx comporta uma ligação entre a ideologia e a alienação, ou dito de forma mais específica, o método do filósofo torna possível o reconhecimento da existência de uma ideologia que opera de modo a isolar a maior parte dos seres humanos sobre a consciência da importância do seu estar no mundo como seres sociais e políticos, enfraquecendo assim a sua possibilidade de ação. Conforme apontado em Kuenzer (2011),

Ao assentar as bases para a sua concepção materialista da história em A ideologia alemã, Marx e Engels mostram o conceito de alienação condicionado a um fato real, histórico: a divisão social do trabalho. Desde que há a cisão entre o interesse particular e o comum e as atividades não são divididas mais voluntariamente, — a ação do homem transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e o subjuga em vez de ser ele a dominá-la (Marx; Engels, s/d, p.40. *apud*, Kuenzer, 2011, p.35).

O ÓCULO METODOLÓGICO DAS CATEGORIAS MARXISTAS E A COMPREENSÃO DA REALIDADE: MOVIMENTO E RADICALIDADE

Há um caminho necessário que deve ser percorrido pelo pesquisador para chegar à compreensão dos meios dissimulados em que se origina a estrutura dos problemas da sociedade, e as categorias filosóficas marxistas de contradição, mediação e totalidade são algumas das principais pistas que encaminham o olhar do investigador, que se alia a este campo teórico, para o reconhecimento das determinações do objeto social. A totalidade é a categoria que exprime a necessidade de conhecer e não se deslocar da importância do todo para que seja possível captar a essência do real. Neste sentido, para que se torne possível a compreensão dos constituintes daquele objeto de curiosidade do pesquisador é imprescindível enxergar as entrelinhas, a importância de cada parte para a constituição de um todo. Tomemos como exemplo o debate sobre as políticas afirmativas, entre elas o proposto pela Lei nº 12.711/2012, a qual visa à disposição do ingresso nas instituições de nível superior e médio da rede federal para alunos oriundos de escolas públicas e também para alunos negros. No contexto inclusive anterior a aprovação da legislação sobre as cotas, muito se ouviu falar que existiam pessoas negras que ocupavam posição de destaque na sociedade, que as cotas desqualificariam a qualidade do ensino público federal. Tornou-se costumeiro encontrar textos em torno de ideias simplistas como as de que: - quem tem vontade vai atrás e consegue melhorar de vida e de condição social, - que o povo não quer migalhas do governo, - o correto não é dar o peixe, é ensinar a pescar, - corretos são os méritos individuais. É inequívoco que é possível que mesmo em um país que aboliu a escravidão apenas em 1888, depois de todos os outros países da América, possam existir exceções para negros que possivelmente auxiliados por pessoas brancas conscientes, tenham angariado algum tipo de reconhecimento ou de acesso a uma boa educação, estrutura de saúde e cultura, mas, no entanto, não excluí da história destes negros e da história do seu povo toda a desigualdade que o constituiu, portanto, uma análise sobre a realidade do povo negro do Brasil, não pode partir de exceções, mas sim do todo, de todo o processo que os engendrou como população pobre e excluída na conjuntura histórica atual. O mesmo ocorre para as exceções de capitalistas solidários que investem em seus empregados, os capacitam humanisticamente ou que também pagam salários dignos. Ainda que existam exemplos assim, o capitalismo não se modifica em sua estrutura, em sua essência a partir deste tipo de desvio, que também poderia ser chamado de ressalva ao oportunismo do capital, já que as bases de sustentação deste sistema são e sempre serão a exploração e a desigualdade. Como categoria filosófica de visão sobre a realidade, a totalidade nos ajuda a compreender a importância do todo para a visão de um quadro geral sobre o sistema. Outra ferramenta filosófica emprestada por Marx para compor o nosso óculo metodológico, pretende dar conta das mediações necessárias para a compreensão ou

operação filosófica sobre um determinado objeto. Estamos falando da categoria de mediação. Em última instância as mediações são as perguntas necessárias que devem ser feitas ao objeto para que se torne possível a realização da síntese necessária e aproximação heurística para a compreensão do todo. Vejamos novamente a partir da questão das políticas afirmativas no Brasil. Tornar-se-ia irreal ou incompleta uma pesquisa sobre as políticas afirmativas no Brasil sem o uso das mediações necessárias para chegar a sua totalidade. Como a política foi criada e por quê? Como foi constituído o sistema educacional e por qual motivo que uma política como esta foi necessária? Como o objeto chegou nesta realidade aparente em que se encontra? As mediações como categorias filosóficas de condução da pesquisa são responsáveis pela busca da essência do fenômeno estudado. A categoria de mediação se entrelaça a categoria de contradição que em Marx é responsável pela compreensão da conexão que existe entre as mediações sobre o objeto. Ou seja, a contradição se mostra para o pesquisador no momento em que ele é capaz de identificar que, por exemplo, existe racismo porque certa cultura hegemônica foi responsável por desumanizar uma população por razões meramente econômicas, a ponto de que esta mesma etnia, se encontre em períodos históricos diversos, submetida às maiores atrocidades possíveis de emprego a um ser humano. Portanto, há uma contradição neste objeto já que a consequência da decisão da exploração de um povo pelo sistema capitalista, ao mesmo tempo em que contribui com o enriquecimento e a concentração de renda de uma parcela da sociedade, colocou o povo negro até este século em uma situação de desvantagem para com outras etnias no que se refere ao acesso aos bens sociais e materiais. Se olhássemos a questão do racismo, e das cotas, por um viés conservador e superficial, possivelmente a compreenderíamos como desnecessária visto que para as práticas políticas conservadoras, por princípio, todos são iguais e devem ser tratados da mesma forma já que o sol nasce para todos, e não acessam boas oportunidades econômicas e sociais somente aqueles que são descompromissados com a vida e com o trabalho. Há no percurso do campo teórico e metodológico marxista uma radicalidade que se dá através de uma alteração de elaborações filosóficas, e esta mudança de perspectiva se dá exatamente pelo esforço metodológico da busca incessante pela totalidade, pela contradição e pela mediação na pesquisa. Conforme Konder, aludindo a Henri Lefebvre, “não podemos dizer ao mesmo tempo que determinado objeto é redondo e é quadrado. Mas devemos dizer que o mais só se define com o menos, que a dívida só se define pelo empréstimo” (KONDER, 2014, p.46-47).

A ideologia dominante distancia o ser social do ser político, fragmentando a sua experiência de vida através da exploração do seu trabalho. Marx chega ao entendimento de que as construções culturais que constituem as instituições da sociedade burguesa se dão de modo conservador e em favor da acumulação capitalista. E o que são ideias e concepções conservadoras? São ideias concebidas desde um alicerce mantenedor de estruturas hegemônicas e tradicionais, as quais objetivam manter uma ordem social benéfica para a classe burguesa ainda que em agravo à situação econômica da maior parte dos seres humanos. No excerto abaixo, Marx e Engels expressam de modo inequívoco e, portanto, acessível, algumas referências que remetem ao modo de produção do pensamento preponderante das classes dominantes. De acordo com os autores,

As ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a elas sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto as ideias da sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que a aristocracia e a burguesia disputam a dominação e em que, portanto, a dominação

está dividida, mostra-se como ideia dominante a doutrina da divisão dos poderes, enunciada então como lei eterna (MARX; ENGELS, 1989, p. 72).

Por conseguinte, ao investigar a complexidade da sociedade, para o filósofo, por óbvio seria necessário um método contrário aos utilizados pelas ciências da natureza, já que, para explorar cientificamente a sociedade da mesma forma que são investigadas as ciências da natureza, tornar-se-ia imperioso perseguir um ideal impossível e quase mitológico, justamente pelo movimento, expressão e interação do pesquisador para com este objeto e seus fenômenos, até mesmo pela necessidade de aprofundamento sobre a essência deste, durante a própria e propícia entrega ao seu processo de pesquisa. De acordo com Gomide e Jacomeli (2016),

O materialismo histórico-dialético, como enfoque metodológico, busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto de que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência imediata das coisas e atingir a sua essência (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 69).

O método de Marx se propõe desde a sua concepção a assumir uma postura investigativa em que o cientista se responsabiliza por uma posição sobre o objeto que pesquisa e não se coloca como isento sobre ele, já que ao contrário, reconhece racionalmente que certos objetos, entre eles, a sociedade, não se encaminham de forma neutra através da sua história. É a perspectiva “chamada de materialismo histórico” (GRESPLAN, 2021, p.20).

REFERÊNCIAS

BACKES, M; JINKINGS, I. Nota à Edição. In: Marx, K. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2010.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOTTOMORE, T (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

BRASIL. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 24 jul. 2020.

CHAUÍ, M. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DUTRA, D. J. V. *A Crítica de Marx à Filosofia do Direito de Hegel*. *Revista Filosofia do Direito e Intersubjetividade*, v.1, p.1 – 11, 2009. Disponível em: <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-filosofia-do-direito-e-intersubjetividade/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/42/delamar-dutra.pdf>. Acesso em 04 jan. 2023.

ENDERLE, R. Apresentação. In: Marx, K. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2010.

GIL, A. C. *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMIDE, D. C.; JACOMELI, M. R. M. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. *Políticas Educativas – PolEd*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/69759>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GRESPLAN, J. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.

HEGEL, W. *Vollständige Ausgabe*. Berlin, Auflage, 1833.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

KONDER, L. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

KONDER, L. *O que é Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

KUENZER, A. Z. *Pedagogia da Fábrica*. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Portugal, Martins Fontes: s/d.

MARX, K. *Para a crítica da economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MOURA, A. de. A ruptura de Marx com Hegel: crítica da filosofia do direito de Hegel. *Esquerda diário*, Brasil, Agosto de 2016. Disponível em: . Acesso em: 12 abr. de 2022.

NETTO, J. P. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. *Introdução ao método de Marx*. Aula no PPGPS/SER/UnB em 19 de maio de 2016. 1 vídeo (2h50). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=908s> . Acesso em: 22 jul. 2022.

ROBAINA, R. Marx e Hegel: ruptura e continuidade no método dialético. *Revista Dialectus*. n. 18 (2020): Dossiê Conexão Hegel-Marx: Novas Leituras. Disponível em: <https://doi.org/10.30611/2020n18id61183>. Acesso em: 02 nov. 2022.

SILVA, T. S. Notas sobre a economia Ricardiana. *Pensamento e realidade*, São Paulo, vol. 42, ano 6, nº13: p. 15 – 43, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8462/6274>. Acesso em: 5 dez. 2021.

TRIVIÑUS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS (especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CRediT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI) Exemplos abaixo:

Autora 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.